



TRAGÉDIA

Acidente na BR-324 deixa 25 mortos na BA

Colisão frontal entre caminhão de frutas e micro-ônibus abala Jacobina, norte da Bahia, cidade natal da maioria das vítimas

» HENRIQUE FREGONASSE*

Um grave acidente na noite de domingo deixou 25 mortos e cinco feridos na BR-324, em trecho da cidade de São José do Jacuípe, no norte da Bahia, a cerca de 290km de Salvador. A batida entre um caminhão e um ônibus ocorreu por volta das 22h30, próximo ao município de Gavião, de acordo com a brigada Anjos Jacuipenses, que auxiliou no resgate das vítimas.

Os veículos colidiram frontalmente. O caminhão estava carregado de mangas, e o micro-ônibus voltava da praia de Guarajuba, próxima a Salvador, para o município de Jacobina, no norte do estado. Todos os ocupantes eram moradores daquela cidade, de acordo com informações da Agência Estado.

Os feridos foram levados para dois hospitais da região e, posteriormente, alguns foram transferidos para unidades de saúde de Salvador e Feira de Santana. Não há informações sobre o estado de saúde deles. Entre as vítimas fatais havia uma mulher grávida, conforme informações dos brigadistas.

De acordo com informações do advogado João Daniel da

AFP



Imagens do acidente entre ônibus e caminhão divulgadas pela prefeitura de Jacobina, que deixou 25 mortos e cinco feridos na Bahia

Conceição, que assessora a empresa responsável pelo micro-ônibus que fazia a viagem, entre os mortos identificados, estava a guia turística Michele Silva, de 30 anos, que acompanhava o grupo.

Ele contou que a guia faz parte da família dona da empresa Naldo Transportes.

O advogado explicou que Michele realizava os agendamentos das excursões e fazia os

contratos, mantendo uma relação estritamente comercial com seu pai, dono da empresa. Ainda segundo ele, o veículo estava em situação completamente regular, tendo passado por vistoria

da agência reguladora há menos de 30 dias. O percurso era feito quase mensalmente junto a grupos de amigos que se uniam para conhecer praias da região. Além de Michele, também

estão entre as vítimas o presbítero Erivaldo, a diaconisa Tatiane e o filho, Emanuel, identificados como “uma família abençoada, de Deus” por amigos nas redes sociais. O saxofonista Gleidson Andrade, que fez sua última apresentação no réveillon, e a família Grassi também estão entre as vítimas já identificadas. Amarília Lima Grassi e Edmilson Alencar dos Santos, junto com duas filhas, Sabrina e Maysa Grassi, estavam a bordo. Única sobrevivente da família, Maysa foi encaminhada para uma unidade de saúde e está internada.

Luto de três dias

Ainda não há informações sobre as causas do acidente. A prefeitura de Jacobina lamentou as mortes e decretou luto de três dias no município, em nota, e expressou as “sinceras condolências aos familiares e amigos das vítimas neste momento de tristeza e dor sem precedente”.

O município também informou que fará um velório coletivo com previsão para acontecer na sede do Ginásio de Esportes municipal.

*Estagiário sob a supervisão de Rosana Hessel

IMIGRAÇÃO

Em Portugal, cresce o ódio contra os estrangeiros

» VICENTE NUNES
» CORRESPONDENTE

Lisboa—No momento em que o Brasil reforça a importância da democracia, com atos de repúdio aos ataques às sedes dos Três Poderes ocorridos em 8 de janeiro de 2023, Portugal vem sendo inundado por vídeos produzidos pela

extrema-direita pregando o ódio contra estrangeiros.

Um grupo intitulado A Reconquista, liderado pelo extremista Afonso Gonçalves, que já foi banido de várias redes sociais, está convocando jovens portugueses para agirem contra imigrantes, sobretudo os oriundos de países asiáticos muçulmanos e, claro, os brasileiros,

que são 40% dos estrangeiros que vivem no país europeu.

O grupo extremista está anunciando uma série de vídeos que serão publicados até março, sob o título “A grande invasão”. Para os radicais, os imigrantes estão “roubando empregos, as casas, os bairros, incentivando a violência e destruindo a cultura de Portugal”. Os extremistas encontram abrigo no Chega, partido chefiado por André Ventura.

Na página dos extremistas na internet, os intolerantes, que se autodenominam “jovens

patriotas”, atribuem o aumento da violência aos brasileiros. E, com base em gráficos, compararam o total de mortes no Brasil, nos Estados Unidos e na União Europeia. Dizem que os brasileiros têm uma taxa de homicídio per capita que corresponde a 46 vezes ao índice observado entre os portugueses.

Mapeamento

O crescimento da extrema-direita em Portugal é tão forte, segundo um estudo elaborado pelo Projeto

Global contra o Ódio e o Extremismo (GPAHE, na sigla em inglês), que 13 grupos já foram mapeados e têm sido responsáveis por ataques de xenofobia a estrangeiros e a comunidades LGBTQIA+.

Esses grupos anti-imigração são formados quase que exclusivamente por pessoas brancas. Não por acaso, eles têm difundido a teoria de que os imigrantes têm como missão acabar com a população branca, por meio da miscigenação. É o mesmo discurso encampado por nazistas, que pregavam a supremacia branca.

Inércia

O governo de Portugal, infelizmente, tem minimizado esses movimentos anti-imigração.

Para especialistas, uma das formas de o Estado conter a intolerância e o ódio da população contra os estrangeiros é desenvolvendo políticas inclusivas aos imigrantes, sobretudo por meio da educação dos portugueses.

A falta dessas políticas beneficia a disseminação de fake news e de discursos xenófobos e racistas.



RAUL VELLOSO

É PRECISO AJUSTAR OS DESEQUILÍBRIOS PREVIDENCIÁRIOS DE TODOS ESSES ENTES PARA O PAÍS VOLTAR A INVESTIR EM MONTANTES MAIS ELEVADOS, NAQUILO EM QUE O SETOR PRIVADO NÃO SE SINTA ATRAÍDO PARA PARTICIPAR, DE MODO A CRESCER ECONOMICAMENTE A TAXAS MINIMAMENTE RAZOÁVEIS

Previdência encurrala os orçamentos municipais

Em contraste com a esparsa divulgação e discussão do tema nas últimas décadas, foi com muito alarde que se deu a apresentação e análise dos surpreendentes resultados fiscais apurados recentemente pelo Banco Central, ou seja, as Necessidades de Financiamento do Setor Público (vale dizer: déficits públicos ou NFSP), para a execução financeira dos governos municipais. Obviamente, não dá para resumir tais discussões nesse espaço.

Nesse contexto, se utilizarmos os valores da série respectiva que podem ser obtidos no sítio do Banco Central, para os últimos 12 meses encerrados em novembro de cada ano do período 2015 a 2020, e considerando apenas os resultados “primários”, conceito esse em cuja apuração se exclui o serviço da dívida, o valor médio observado foi praticamente zero, o que implica no pagamento de nenhuma parcela do serviço da dívida municipal com recursos próprios nesse mesmo período, algo que

deveria inspirar cuidados especiais das autoridades da área.

Na sequência, se nos movermos à frente na mesma localização da internet até julho de 2023, tal valor médio salta para um superavit de R\$ 21,9 bilhões, o que poderia ser interpretado como uma significativa melhoria de qualidade da gestão fiscal municipal. Só que, se prosseguirmos na apreciação dos dados mensais, ainda para os últimos 12 meses encerrados em cada um deles, a média cai para um valor negativo ao redor de R\$ 11,2 bilhões até novembro de 2023, último dado disponível, ou seja, se encontra um expressivo déficit médio para as gestões municipais como um todo logo em seguida. Resumo da ópera: para os municípios como um todo, tem-se uma situação que inspira cuidados.

Constatado o problema, cabe esclarecer que o principal fator explicativo dessa preocupante situação, que infelizmente tem baixa percepção da parte

dos observadores da área macroeconômica, se refere aos elevados e crescentes déficits previdenciários que vêm sendo registrados por esses entes.

Aqui, cabe lembrar que o envelhecimento dos regimes (isto é, os elevados números de beneficiários em relação aos de contribuintes que já foram atingidos) e fatores demográficos (como o de que as pessoas estejam vivendo mais do que anteriormente) têm sido decisivos para explicar os maiores déficits das previdências respectivas. Além disso, deve-se mencionar que a Emenda Constitucional 103/2019, aprovada na última reforma da Previdência, não obriga que os demais entes seguissem automaticamente as novas (e mais duras) regras previdenciárias aprovadas pela União para si, muito embora tenha se tornado uma obrigação de todos implementar a tarefa mais complicada que se possa imaginar, que é a do “juízo final”, ou zeragem dos déficits previdenciários

respectivos, o que, como seria de se esperar, tem se materializado muito pouco frequentemente na prática.

Passando às desastrosas consequências disso, o pior de tudo é que, se dividirmos a fase 2006-2022 em dois subperíodos, 2006-2013 e 2014-2022, e por conta da falta de ajuste previdenciário relevante, se vê que o valor real dos investimentos em infraestrutura do conjunto dos entes públicos, que, na primeira subfase, ainda subirá bastante (à taxa média real de 6,1% ao ano), na segunda teve crescimento praticamente nulo. Ou seja, é preciso ajustar os desequilíbrios previdenciários de todos esses entes para o país voltar a investir em montantes mais elevados, naquilo em que o setor privado não se sinta atraído para participar, de modo a crescer economicamente a taxas minimamente razoáveis. Na verdade, o que acabou acontecendo foi uma queda expressiva da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), segunda

e última etapa do desastroso processo. Com efeito, o crescimento do PIB, que havia alcançado a taxa média de 3,1% ao ano em 2007-2013, acabou simplesmente despencando para a média zero, entre 2014 e 2022.

Para concluir, uma dúvida que surge aqui e ali é por que motivo, segundo o Banco Central, o conjunto dos municípios vem mostrando resultados fiscais globais tão desfavoráveis comparativamente ao dos estados, onde o conjunto dos entes ainda registrava superávits na mesma época. Isso tem basicamente a ver com o crescimento real super-rápido dos gastos previdenciários municipais nos últimos tempos, bem acima do que ocorria no resto do setor público. Enquanto aqueles cresciam a 12,5% ao ano, em média, em 2011-2018, nos estados a mesma taxa era de 5,9% (em 2006-2018); no Regime Geral (INSS), era de 5,1% (em 2006-2020) e no Regime Próprio da União era de 3,1 anuais (em 2006-2021).